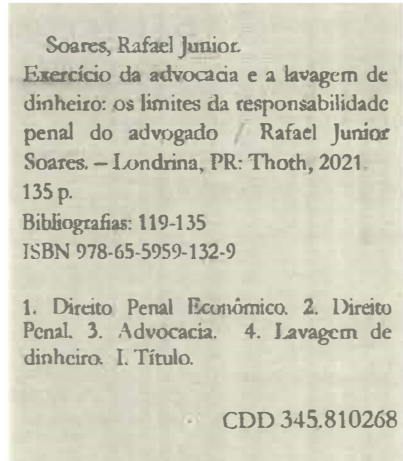


RAFAEL JUNIOR SOARES

# **EXERCÍCIO DA ADVOCACIA E A LAVAGEM DE DINHEIRO**

os limites da responsabilidade penal do advogado

**Dados Internacionais de Catalogação na  
Publicação (CIP)**



**Diagramação e Capa:** Editora Thoth

**Revisão:** o autor

**Editor chefe:** Bruno Fuga

**Coordenador de Produção Editorial:** Thiago Caversan Antunes

**Diretor de Operações de Conteúdo:** Arthur Bezerra de Souza Junior

**Índices para catálogo sistemático**

1. Direito Penal Econômico :  
345.810268

**Conselho Editorial (Gestão 2021)**

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wunsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão • Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Picholi da Silveira • Prof. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes • Prof. Dr. Zulmar Fachin

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

# SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR.....	7
AGRADECIMENTOS.....	11
PREFÁCIO.....	13
INTRODUÇÃO.....	17

## CAPÍTULO 1

O FENÔMENO DA EXPANSÃO DO DIREITO PENAL.....	19
1.1 O direito penal econômico.....	22
1.2 A internacionalização do direito penal: o crime de lavagem de dinheiro e a harmonização dos ordenamentos jurídicos.....	26
1.3 Histórico da lavagem de dinheiro.....	28
1.4 Fatores especiais que contribuíram com a expansão da lavagem de dinheiro: compartilhamento de informações entre os órgãos de inteligência, repatriação de bens e a cooperação jurídica internacional.....	30

## CAPÍTULO 2

A POLÍTICA CRIMINAL DE CONTROLE À LAVAGEM DE DINHEIRO.....	41
2.1 As convenções e os diplomas internacionais.....	41
2.2 Grupo de ação financeira contra a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo (GAFI/FATF).....	46
2.3 ENCCCLA – estratégia nacional de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.....	50
2.4 A Lei N.º. 9.613/98 – lavagem de dinheiro no plano nacional.....	52
2.5 Bem jurídico no crime de lavagem de dinheiro.....	56
2.6 O sistema brasileiro de prevenção e detecção da lavagem de dinheiro.....	63

**CAPÍTULO 3**

ARESPONSABILIDADE DO ADVOGADO NO SISTEMA ANTILAVAGEM DE DINHEIRO.....	73
3.1 A inclusão do advogado no sistema antilavagem de dinheiro.....	75
3.2 Sigilo profissional.....	78
3.3 A advocacia consultiva e contenciosa.....	85
3.4 Da resolução 24 do conselho de controle de atividades financeiras.....	89
3.5 Da postura da Ordem dos Advogados do Brasil.....	90
3.6 Ação direta de inconstitucionalidade N.º. 4841 no Supremo Tribunal Federal.....	95
3.7 Do projeto de lei para modificar a lei de lavagem de dinheiro.....	96
3.8 Da comissão de juristas formada pela Câmara dos Deputados.....	98

**CAPÍTULO 4**

OS LIMITES DA RESPONSABILIDADE PENAL DO ADVOGADO.....	99
4.1 A omissão penalmente relevante.....	99
4.2 A posição de garantidor do advogado.....	103
4.3 Capacidade de agir e o elemento subjetivo na omissão imprópria.....	107
4.4 Dos deveres de informação pelo advogado e a autorresponsabilidade..	110
4.5 Das ações neutras.....	111
CONCLUSÃO.....	115
REFERÊNCIAS.....	119